

Quem está plantando as condições do caos e não quer as eleições

Herbert de Souza

Um governo de um país onde 40 milhões de pessoas vivem entre a linha da pobreza e a miséria, absoluta, que remeteu durante os últimos quatro anos cerca de 53 bilhões de dólares como pagamento dos juros e amortizações da dívida externa para o sistema financeiro internacional, não tem nenhum interesse nas eleições de 15 de novembro de 1989. É bom lembrar que esses 53 bilhões são em dólares reais e não em cruzados fictícios. É transferência líquida de riqueza de uma sociedade pobre para economias ricas. O governo semeia tempestades.



Um governo que estabelece uma política econômica cuja peça central é um sistema de controle de preços onde, sistematicamente, os salários levam a pior e o poder real de compra dos trabalhadores cai a níveis insuportáveis está plantando as condições do caos social e não tem nenhum interesse nas eleições de 15 de novembro de 1989.

Um governo que consegue levar o Brasil a 1.000% de inflação ao ano bate o recorde histórico do desgoverno e não tem interesse nas eleições de novembro de 1989.

Um governo que acusa a nova Constituição de criar as condições da instabilidade política e que se opõe sistematicamente ao caminho da institucionalidade democrática está com saudade do tempo em que a lei era um discurso e a violência da força um fato.

No Brasil, hoje, continua a existir um governo que não tem nada a ganhar com as eleições de novembro e que exercita um perigoso jogo terrorista contra a sociedade e a Nação.

Mas aqui também existe uma classe empresarial que é a classe dominante que, com todas as suas diferenças e contradições, dirige, todos sabemos, este país.

Ela dirige, com ou sem partidos, o Estado. Ela define os rumos da economia e determina como cresce e se divide a renda nacional. Ela é proprietária dos bens de produção e administra o uso e o abuso da riqueza nacional. Controla a mídia. Define os preços e os salários.

Fala diretamente com o poder. É o poder e o exerce, bem ou mal, para o bem ou para o mal.

Em 1964 se alinhou, apoiou e deu o golpe. Reinou como força onipotente até a crise da ditadura e aderiu depois, em parte, a um discurso liberal que ajudou no processo da abertura. Foi autora ou cúmplice, no todo ou em parte, do que de pior ocorreu neste país nos últimos trinta anos. É mãe de um modelo de desenvolvimento que produziu a felicidade para 15 a 20% da população, mas, ao marginalizar a maioria, é também mãe da crise.

Abriu mão da soberania nacional ao se entregar sem limites ao processo de internacionaliza-

ção da economia e da sociedade brasileira. Depois de tanto tempo ela vai bem, o País vai mal.

Uma parte dessa classe dominante descobriu depois que o melhor caminho para o próprio capital é o liberalismo e que a política não pode ser entregue aos generais. Outra parte, no entanto, tem saudades do passado, quando os militares faziam da ditadura a política e da política uma ditadura. Essa parte do empresariado também não tem interesse nas eleições de novembro de 1989 e tenta transformar a luta econômica num confronto que leve os trabalhadores ao desespero e a partir daí ao clamor pela ordem e pelo golpe.

É nesse quadro que nos devemos perguntar quem tem interesse na democracia e quem hoje joga no golpe ou faz o seu jogo. É nesse quadro composto pela classe dominante que entram o movimento sindical e os partidos políticos. O conjunto do movimento sindical resiste em legítima defesa. Alguns setores, no entanto, movidos pelo desespero ou simplesmente pela incapacidade política, se perdem nessa resistência e fazem o jogo daqueles que não querem chegar a novembro.

Não tem interesse na democracia quem recolhe os seus lucros à custa da miséria e só se lembra da ordem quando os dominados se revoltam com a opressão.

Não tem interesse na democracia quem vive e goza de uma qualidade de vida de primeiro mundo num País pobre ou miserável onde o salário mínimo nem chega aos 50 dólares mensais.

Não tem interesse na democracia quem aumenta os preços acima da inflação e paga os salários abaixo da linha da própria dignidade. Não tem interesse na democracia quem privatiza os privilégios do Estado e socializa suas deficiências para desmoralizar os serviços públicos. Não tem interesse na democracia quem aplaude as críticas dirigidas ao adversário enquanto silencia sobre a irresponsabilidade daqueles que vivem semeando o dilúvio e o caos por cegueira, burrice ou interesse próprio.

Temos seis meses para chegar a uma nova etapa da vida política brasileira. Cada dia desse tempo vai somar-se ao caminho da democratização ou à frustração de uma esperança que insiste em não morrer.

Creio que devemos fazer tudo para chegar a 1990 com um governo eleito pelo voto direto dos cidadãos e que, por ser legítimo, poderá abrir o caminho para a construção de um Brasil onde mereçamos viver, trabalhar e sonhar. Esse caminho, que é o das pedras, é de uma luta em que a inteligência dirige a indignação e a visão do conjunto controla o impulso de agir sozinho. Nem tudo é a eleição de novembro de 1989, mas tudo passa por ela, principalmente a democracia.

Herbert de Souza é cientista político e secretário executivo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).